



CONAMP mobiliza-se em prol dos direitos de aposentados e pensionistas

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público intensificou no mês de setembro as ações em prol da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 555 de 2006, que dispõe sobre o fim da contribuição previdenciária de servidores públicos aposentados.

De acordo com texto da PEC 555 definido por comissão especial em agosto de 2010, a redução da contribuição dos inativos será gradual - o valor irá diminuir em 20% a cada ano após o titular do benefício completar 61 anos, deixando de ser

cobrada quando o aposentado completar 65 anos.

O fim da contribuição de inativos atingiria todos os aposentados e pensionistas do serviço público, em todos os níveis de governo (federal, estadual e municipal). Já existem mais de 600 requerimentos de deputados pedindo a inclusão da PEC 555 na pauta de votações do plenário da Câmara dos Deputados.

Entidades reunidas

[A CONAMP é a favor da PEC 555](#) e atua por meio de parceria estratégica com de-

mais entidades nacionais, como a Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Associação dos Juizes do Brasil (Ajufe), Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Instituto Mosap, Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), e Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas).

11 de novembro

Ato nacional pela PEC 555

Brasília - DF



A fim de demonstrar aos parlamentares a importância da medida

Comissão CONAMP

Está sendo formada no âmbito da CONAMP uma comissão temática para tratar de matérias relacionadas aos direitos de aposentados e pensionistas do MP. Os integrantes devem ser indicados pelos presidentes das associações afiliadas à CONAMP.

Ciclo completo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados está realizando uma série de debates em diversos estados do país com o tema “Por uma nova arquitetura institucional da Segurança Pública: pela adoção no Brasil do Ciclo Completo de Polícia”. O objetivo é discutir as propostas que instituem o ciclo completo de polícia (PEC’s 430/09; 423/14; e 431/14).

[A CONAMP é favorável a implementação do ciclo completo de polícia e atua em conjunto com entidades nacionais pela aprovação da matéria.](#)

O seminário já passou por [Brasília \(DF\)](#), [Belém \(PA\)](#) e [Salvador \(BA\)](#).

Confira as próximas cidades que sediarão as audiências públicas sobre o ciclo completo de polícia:

- 2 de outubro – Aracaju (SE)
- 5 de outubro – Belo Horizonte (MG)
- 9 de outubro – São Paulo (SP)
- 16 de outubro – Goiânia (GO)
- 19 de outubro – Rio de Janeiro (RJ)
- 23 de outubro – Fortaleza (CE)
- 26 de outubro – Recife (PE)



Torneio de Futebol

A 14ª edição do Torneio Nacional de Futebol Society do Ministério Público, organizada pela CONAMP e Associação Paulista do Ministério Público (APMP), ocorreu de 05 a 07 de setembro na capital paulista e reuniu 1.000 atletas de todo o país. O evento contou ainda com o apoio da Previdência Associativa do Ministério Público (Jusprev) e da Armor Blindados.

Resultado final por categoria

Categoria Força Livre

(Reúne atletas de todas as idades), com 15 equipes

Categoria Master

(de 35 a 45 anos), com 19 equipes

Categoria Super Master

(acima de 45 anos), com 14 equipes

Categoria Sênior

(53 anos ou mais), com sete equipes



Distrito Federal

Minas Gerais

São Paulo

Paraná



[Clique aqui e confira mais fotos](#)



Parlamento

No mês de setembro a CONAMP manteve a intensificação do contato com os parlamentares e do acompanhamento das comissões no parlamento.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprovou a regulamentação do inquérito ci-



vil, instrumento usado pelo MP para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos. O projeto segue para votação pelo plenário do Senado.

A CONAMP acompanha o trâmite da matéria e está elaborando uma nota técnica sobre o texto. Um dos pontos questionados pela entidade é a previsão do prazo de conclusão de 12 meses do inquérito, pois ele poderá revelar-se inadequado em casos de alta complexidade,



como costumam ser as investigações promovidas pelo MP.

Teto salarial federal

A CCJ aprovou também parecer do senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP) recomendando que o projeto de lei (PLS) 3/2011 da senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), que regulamentava o teto salarial dos agentes públicos, fosse tratado por meio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC). A iniciativa será analisada, agora, pelo Plenário do Senado.

Por sugestão de Randolfe, relator do PLS 3/2011, a PEC deverá prever a edição de uma lei federal — a ser proposta pelo Poder Executivo — fixando regras gerais sobre a aplicação do teto salarial dos agentes públicos.

De assunto semelhante, a CCJ analisou a PEC 62 de 2015, que trata da vedação da vinculação remuneratória automática

entre subsídios de agentes públicos. Foi pedido vista coletiva e matéria será apreciada nas próximas reuniões da comissão. A CONAMP, em conjunto com as associações afiliadas e as entidades da Frente Associativa do Ministério Público e da Magistratura (Frentas), está elaborando uma análise técnica sobre a PEC a ser encaminhada ao relator, o senador Randolfe.

Contato com parlamentares

Membros da diretoria e do conselho deliberativo da CONAMP foram recebidos por parlamentares para debater assuntos afetos ao Ministério Público. Na oportunidade, os integrantes da CONAMP contataram os senadores Acir Gurgacz (PDT/RO); Ana Amélia (PP/RS); Lásier Martins (PDT/RS); Lídice da Mata (PSB/BA); Randolfe Ro-

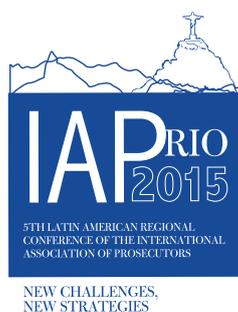
drigues (Rede/AM) Otto Alencar (PSD/BA); Paulo Paim (PT/RS); e os deputados João Gualberto (PSDB/BA); Marcos Rogério (PDT/RO); e Veneziano Vital (PMDB/PB)

Entre os temas debatidos estavam as propostas legislativas em tramitação na CCJ e proposições que tratam da re-

forma do sistema de persecução penal; da modernização do sistema de segurança pública com a implementação do ciclo completo de polícia; da extinção gradativa da contribuição sobre os proventos dos servidores públicos aposentados e pensionistas; da capacidade eleitoral passiva dos membros do MP, entre outras.



XXI Congresso Nacional do Ministério Público e 5ª Conferência da IAP



Não perca nenhuma notícia do evento!

[Acesse e Confira](#)

#CongressoNacionaldoMP

#5conferencialAP

#CongressoMP2015

STF

O 2º vice-presidente da CONAMP, Victor Hugo Azevedo, e os procuradores-gerais de Justiça de Goiás, Lauro Machado, que também é presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPJ); do Rio de Janeiro, Marfan Martins Vieira; e de Santa Catarina, Sandro José Neis, estiveram reunidos com o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal.

Temas afetos ao Ministério Público foram os assuntos da reunião, como a Ação Direta de Constitucionalidade (ADI) 5386, que trata da gratificação pelo exercício na função de conselheiro do Conselho Superior do MP de Santa Catarina, e o Recurso Extraordinário com Agravo (ARE 859251) em que a CONAMP é *amicus curiae*. Na oportunidade, o vice-presidente da CONAMP reiterou os



argumentos defendidos pela entidade no processo – os memoriais já haviam sido enviados a todos os ministros da Suprema Corte.

CNMP

A presidente da CONAMP, Norma Cavalcanti, entregou para o conselheiro Leonardo Carvalho do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) estudo realizado pela entidade sobre a possibilidade

de permuta interestadual entre membros do Ministério Público. Leonardo, relator da matéria, parabenizou a iniciativa da CONAMP e disse que irá analisar o documento.



CNPG

A presidente da CONAMP, Norma Cavalcanti, participou da cerimônia de assinatura de acordo entre o CNPG e Ministério do Desenvolvimento Agrário. A ação firmada busca aperfeiçoar a fiscalização da utilização dos equipamentos doados pelo Governo Federal às prefeituras por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Já durante a reunião do CNPG em Brasília, o colegiado recebeu a [Nota Técnica 07/2015 da CONAMP](#) que trata do controle externo da atividade policial por meio da análise da resolução emitida pelo Conselho Superior de Polícia e Conselho Nacional de Chefes da Polícia Civil. Para a CONAMP, a iniciativa vai de encontro à Recomendação 15/2010 do CNMP.



Conselho Nacional de Justiça



Posse do conselheiro Arnaldo Hossepian Lima Junior, representante do MP dos Estados.

Procuradoria Geral da República



Solenidade de recondução de Rodrigo Janot ao cargo de procurador-geral da República.

Associação do Ministério Público de Alagoas



Posse da nova diretoria bi-ênio 2015/2017.

Pesquisa:



A participação do Ministério Público na construção da democracia no Brasil



Perguntas ou comentários? Envie um e-mail para imprensa@conamp.org.br ou ligue para 61.3314-1356